

**PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALTER DO CHÃO**

===Aos dezoito dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Alter do Chão na Sala de Reuniões do Pólo da Universidade de Évora, em Alter do Chão, para na sua Primeira Sessão Ordinária, deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: -----

---PONTO UM: **Informações do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da Actividade do Município, bem como da situação Financeira do mesmo;** -----

---PONTO DOIS: **Apreciação e Eventual Aprovação do Projecto de Regulamento e Tabela de Taxas Municipais;** -----

---PONTO TRÊS: **Apreciação e Eventual Aprovação das GOP's e Orçamento para 2010;** -----

---PONTO QUATRO: **Apreciação e Eventual Aprovação do Mapa de Pessoal para 2010;** -----

---PONTO CINCO: **Apreciação e Eventual Aprovação da Alteração ao Regulamento para Venda e Construção de Lotes na Zona Industrial da Tapada do Lago;** -----

---PONTO SEIS: **Apreciação e Eventual Aprovação da Proposta sobre a participação do IRS para 2010;** -----

---PONTO SETE: **Apreciação e Eventual Aprovação da Proposta sobre a Derrama/2009;** -----

---PONTO OITO: **Nomeação de um Elemento da Assembleia Municipal para integrar o Júri para a Atribuição das Bolsas de Estudo no Concelho de Alter do Chão;** -----

---PONTO NOVE: **Nomeação do Presidente de Junta de Freguesia do Concelho de Alter do Chão, para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta.** -----

===Aberta a Sessão e efectuada a chamada foi constatada a presença dos Senhores António Hemetério Airoso Cruz, José Manuel Antunes Mendes Gordo, Pedro Miguel de Jesus Dominginhos, Romão Buxo da Trindade, Ana Sofia Nina Duarte Barreto Caldeira, Luís Maria Pessoa Castel-Branco Cary, Eduardo António dos Reis Monteiro, Célia Maria Sousa da Conceição Barradas Silva Lopes, José Augusto Calado Mendes de Oliveira, José António da Silva Ferreira, Marco António Grazina Sequeira Calado, António Manuel Roxo Heitor Carita Pista, Maria José Sardinha, Luís Filipe Cardoso

Belo Cané, Maria Suzette Antunes, Vitorino Oliveira Carvalho e Ana Cristina Passeiro Azinheira. -----

===Não estiverem presentes os senhores Rogério Alves e Alexandre Rosa.-----

===A Acta da Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, após apreciada e votada, foi **aprovada por unanimidade**. -----

===O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à disposição dos senhores membros da Assembleia Municipal o expediente para esta sessão, do qual constou uma carta remetida à Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão, com conhecimento a esta Assembleia, pelos Senhores Fernanda de Lurdes Massano, José João Claudino Maxieira e Paulo Jorge d’Almeida Maia Ribeiro Pestana, respeitante ao contrato/parceria celebrado entre a Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão e os referidos signatários. -----

O Senhor Romão Trindade referiu que o teor da carta levanta algumas questões relevantes, referindo que não sendo a melhor altura de as tratar, lembrou que a Assembleia Municipal avalizou o apoio que o Município deu ao hospital em questão, apontando porém que esta é uma situação que carece de explicação. Respeitante ao mesmo assunto, a Senhora Célia Barradas prestou a declaração que em seguida se transcreve: “Atento o conteúdo da carta enviada pela Ortpor – Sociedade de Prestação de Cuidados Médicos e Enfermagem, Lda., representada pela sócia Fernanda Massano, José João Maxieira e Paulo Pestana, os membros da AM eleitos pelo Partido Socialista, vêm solicitar ao executivo camarário que se digne oficial o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão para apresentar uma resposta por escrito, sobre o assunto em apreço, respondendo às seguintes questões:-----

1-Quais os motivos que estiveram na base dos parceiros supra referenciados terem sido afastados de continuar no Contrato de Parceria com a Santa Casa da Misericórdia?-----

2- Por que razões os signatários do Contrato de Parceria foram excluídos de prestar serviços e de assumir a gestão da Unidade Hospital e a Fernanda Massano e o Dr. Henrique Jesus continuarem como fiadores (assumindo as obrigações daí decorrentes) do empréstimo concedido pela Caixa Geral de Depósitos à Santa Casa?-

3- A presente valência deriva de um Programa Saúde XXI, aprovado por despacho de Sua Excelência a Secretária de Estado Adjunta e da Saúde em 2006.06.14, no montante elegível de Eur. 946.034.96, a que corresponde um incentivo público no valor de Eur. 464.796.99, onde incide uma comparticipação do FEDER de 75% no

valor de Eur. 348.597,67, do qual é promotor a Santa Casa. Atentas as exigências do próprio Programa, impõe o mesmo que a Santa Casa seja a entidade executória do Projecto e a gestão ficou a cargo desta Entidade e dos Outorgantes da Parceria. Face ao exposto, solicitamos informação sobre a viabilidade/continuação e/ou cessação da presente parceria com estes intervenientes e quais os efeitos legais perante o investimento público que foi concedido e alicerçado em pressupostos que não foram cumpridos.-----

4- Mais se solicita informação escrita e documental sobre os novos parceiros que vão assegurar a responsabilidade e a gestão desta Unidade de Saúde.-----

5- Qual o valor das indemnizações a pagar aos parceiros signatários desta carta pelo incumprimento do Acordo de Parceria.-----

6- Solicitamos, nesta fase, informação sobre a composição do Conselho de Administração, nomeadamente, quem está a assegurar a qualidade de legal representante em representação dos Parceiros Outorgantes do contrato? Está o Conselho de Administração a reunir e a decidir sem estar devidamente assegurada a legitimidade deste órgão?-----

7- Qual a resposta do Ministério da Saúde perante a exclusão dos Parceiros Outorgantes do Contrato de Parceria? Quais as consequências legais e económicas que acarretam para a Unidade Hospital? -----

Tendo em consideração o incentivo público custeado pelo Estado, o Programa Saúde XXI e as necessidades desta Unidade de Saúde para o desenvolvimento do concelho de Alter, agradecemos uma resposta devidamente fundamentada para as questões ora suscitadas.”-----

O Senhor José António Ferreira mencionou não existir oportunidade para se esclarecer o assunto uma vez não estarem presentes os intervenientes, sendo necessárias duas partes para se fomentar uma discussão. -----

No que se refere à sala de apoio aos membros da Assembleia Municipal alertou que esta não reúne à data as condições necessárias à prossecução do objectivo a que se destina. -----

===O Senhor Pedro Dominginhos aproveitou a oportunidade para desejar a todos um Feliz Natal e indagou sobre a data prevista para a entrega do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas. O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o mesmo se encontra a ser elaborado, não estando por isso concluído mas que será enviado ao Tribunal de Contas dentro do

prazo definido.-----
===Ainda sobre a questão da carta dirigida à Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que lhe parecia oportuno que se convidasse o Senhor Provedor, ou alguém em quem ele delegasse, com o fim de se obterem algumas explicações acerca do referido assunto. A Senhora Célia Barradas referiu que seria interessante também convidar os seus subscritores. O Senhor José António Ferreira concordou que as respostas terão de ser dadas por ambas as partes. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concluiu que seria melhor obter uma resposta prestada por escrito por parte da Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão e que a Assembleia Municipal não poderia ser confundida com um tribunal.-----

PONTO UM: Informações do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da Actividade do Município, bem como da situação Financeira do mesmo

===O Senhor Presidente da Câmara apresentou as suas informações acerca da Actividade do Município, assim como da sua situação financeira. Apresentou também um breve resumo do último Congresso da ANMP.-----
O Senhor José António Ferreira referiu que a ANMP mais uma vez faz uma declaração pró-regionalização, apesar de, em referendo, esta não ter sido aprovada. Questionou ainda acerca dos custos do estudo para as Taxas e para o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas. O Senhor Presidente da Câmara explicou que o estudo das taxas foi elaborado no âmbito da Associação de Municípios e terá um custo de cerca de 14.000,00 €, sendo contudo, objecto de uma candidatura. O Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas está a ser realizado pelo Chefe de Divisão de Administração Geral. O Senhor José António Ferreira levantou ainda a questão do transporte de doentes, lembrando que a ULSNA – Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, permite que novamente os taxistas façam o transporte de doentes, por terem convencido o Ministério da Saúde de que tinham condições para o fazer. Neste novo cenário a A.H.B.V.A.C. (Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alter do Chão) encontra-se com uma quebra de 70% na receita, que se irá repercutir nos recursos humanos, ocasionando eventuais despedimentos, pois os bombeiros

contrataram pessoas para garantir estes serviços. Apelou por isso à Câmara Municipal para intervir com alguma firmeza junto do Centro de Saúde de Alter do Chão, uma vez que o Município tem investido muito nesse centro, e portanto terão de existir contrapartidas. O Senhor Presidente da Câmara mencionou já ter reunido com o senhor Presidente da A. H. B. V. A. C., e também com a senhora Directora do Centro de Saúde e o senhor Governador Civil com o intuito de alertar para a situação difícil a que os bombeiros podem ser conduzidos. O Senhor Romão Trindade referiu já não ser a primeira vez que esta questão é colocada em Assembleia Municipal e que uma vez que esta é uma situação recorrente e não regulamentada, não sabe o que mais poderão fazer a Câmara e a Assembleia Municipal.-----

O Senhor José Augusto Oliveira prestou a declaração que em seguida se transcreve: “Depois dos esclarecimentos do senhor Presidente da Câmara, sobre o último congresso da ANMP, tirei dos mesmos conclusões preocupantes no que concerne ao bom funcionamento das autarquias portuguesas em geral, nomeadamente: perda de autonomia do poder local originada pela densa teia legislativa do poder central, transferência de competências com acordos leoninos e falta de execução do QREN tão necessário ao desenvolvimento sócio-económico dos municípios. A minha intervenção vai no sentido de responsabilizar o poder central pela falta de sincronia entre os dois poderes e revelar aqui algumas estatísticas claramente desfavoráveis aos municípios: a dívida do estado às autarquias, segundo a ANMP, é de 570.000.000,00 euros (quinhentos e setenta milhões de euros). As autarquias locais absorvem 11% da receita pública e são responsáveis por 50% do investimento público. A dívida de três das maiores empresas públicas equivale ao endividamento dos trezentos e oito municípios portugueses. Os municípios podem arrecadar até um máximo de 5% do IRS e o estado arrecada 95% para além da isenção do IMI dos imóveis do estado com sede em cada município. A nova Lei das Finanças Locais se não for urgentemente revista, é penalizadora para dois terços dos municípios portugueses, cujas perdas de financiamento vão dos 20% aos 60% em casos extremos. É uma lei que discrimina o território nacional e penaliza muito a nossa interioridade. Portugal continua centrão e nós continuamos de há 35 anos a esta parte a sofrer e a suportar as assimetrias entre Lisboa, Porto e Litoral versus Portugal interior e profundo. O municipalismo tem sido, em tempo de crise, o suporte económico e social das pessoas e das famílias. O poder central demarca-se de responsabilidades e transfere competências para as autarquias (águas, saneamento,

escola, rede viária, etc.) e lamentavelmente as mesmas não são acompanhadas das devidas contrapartidas. É urgente que o estado agilize os mecanismos necessários para a rápida execução do QREN, só assim os municípios podem desenvolver-se economicamente e ajudar a criar emprego, minimizando dessa forma a crise de desemprego.” O Senhor Romão Trindade afirmou concordar com o que foi dito, na medida em que a ANMP precisa de ser mais crítica. Os Municípios da dimensão de Alter do Chão não poderão aceitar todas as competências a transferir.-----

PONTO DOIS: Apreciação e Eventual Aprovação do Projecto de Regulamento e Tabela de Taxas Municipais

===Foi presente, para apreciação e eventual aprovação, o Projecto de Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, o qual foi apresentado pelo Dr. Carlos Grenha, que expôs a metodologia que esteve por detrás da elaboração do regulamento, assim como os pressupostos legais, económicos e financeiros que sustentaram os cálculos do valor das taxas, de acordo com o legalmente previsto. -----

O Senhor Pedro Dominginhos questionou acerca da existência de um estudo comparativo entre a nova metodologia proposta e as taxas actualmente em vigor, pois seria relevante perceber o impacto da aplicação da nova fórmula de cálculo, de forma a não onerar demasiado os municípios. Referiu ainda que lhe parecia estranho onerar de uma forma superior as obras no centro histórico, quando um dos objectivos da Câmara Municipal de Alter do Chão é promover a reabilitação urbana. Desta forma, está a transmitir-se um sinal contraditório. O Senhor Romão Trindade questionou acerca do impacto das novas taxas no contribuinte, tendo o Dr. Carlos Grenha respondido que a comparação entre as taxas actuais e futuras foi uma preocupação, e que a autarquia, face à Lei, terá de fazer um estudo comparativo para chegar ao valor máximo razoável. Referiu ainda que a Lei não tem em consideração a realidade dos pequenos municípios do interior, uma vez que se fosse aplicada na íntegra, estes seriam valores pouco razoáveis. Esclareceu também que os valores superiores da ocupação de via pública no centro histórico da vila, são tão somente uma questão de desincentivo, pois será a zona onde existe maior circulação de pessoas e veículos, e, tais ocupações da via pública criarão grandes transtornos. Importa também não

esquecer que a ocupação do espaço público não se restringe tão somente à ocupação da via pública pois aqui está também incluída a publicidade. No que se refere à TRIU – Taxa de Realização de Infra-estruturas Urbanísticas, este valor será muito superior numa área de expansão relativamente ao interior da localidade. Mencionou que o estudo foi feito com base em valores históricos de 2002/2008 e que a crise actual foi tida em conta no cálculo das taxas. -----

O Senhor Pedro Dominginhos solicitou o estudo comparativo fosse entregue à Assembleia Municipal. O Dr. Carlos Grenha esclareceu que existem nomenclaturas que desaparecem e outras que surgem. Portanto existirão matérias não comparáveis. Este estudo tem claramente definido o cálculo dos valores das taxas. -----

O Senhor José António Ferreira referiu que comparativamente às taxas anteriores, irão existir aumentos de 10% ou até mesmo 20% e questionou se estes aumentos decorrem da Lei ou da vontade política. O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a Câmara Municipal poderá em alguns casos assumir um custo social e a taxa ter uma de redução. Isto é, existem incentivos e desincentivos nos valores das taxas que incidem sobre determinadas situações, que se querem incentivar ou evitar. O Senhor Presidente da Assembleia acrescentou que relativamente à ocupação no centro histórico, o mesmo deve ser incentivado e não desincentivado. -----

O Senhor José António Ferreira afirmou que se está a aplicar uma lei que não tem em consideração os municípios do interior e questionou se se poderá, no futuro, alterar o regulamento. -----

O Senhor José Manuel Gordo questionou também acerca da periodicidade com que deverão ser reavaliados os custos, a fundamentação do valor das taxas, tendo o Dr. Carlos Grenha respondido que um prazo de 3 ou 5 anos será o período sensato para essa reavaliação. Referiu ainda que o cálculo das taxas se baseia em valores, por vezes, muito subjectivos.-----

O Senhor Pedro Dominginhos sugeriu que se realizassem relatórios periódicos semestrais sobre a aplicação deste novo regulamento.-----

Após votação o presente projecto de regulamento **foi aprovado por maioria com duas abstenções dos Senhores José Ferreira e António Pista.**-----

PONTO TRÊS: Apreciação e Eventual Aprovação das GOP's e Orçamento para 2010

===Foram presentes, para apreciação e eventual aprovação, as GOP's e Orçamento para o ano de dois mil e dez os quais foram apresentados pela Senhora Chefe da Divisão de Finanças e Património da Câmara Municipal e que prevêem um valor de €13.329.248,00 ao nível da receita e €13.329.248,00 ao nível da despesa. -----

O Senhor Romão Trindade perguntou quando fará a AdNA as obras que terá supostamente de fazer, dado que existe uma grande necessidade de substituir as condutas em baixa. Perguntou também onde seriam gastos os 230.000,00 euros destinados ao Campo de Futebol. O Senhor Presidente da Câmara respondeu que em 2006 foi assinado um protocolo com o Senhor Primeiro-Ministro para a adesão à verticalização da exploração das águas, prevendo-se que no futuro a empresa explorasse também as águas em baixa. Só os sistemas verticalizados poderão ter acesso ao Fundo de Coesão, possibilitando a recuperação da rede em baixa. Estão já elaborados os projectos de recuperação, e também se estão a candidatar estas matérias ao QREN. Mais informou que os 230.000,00 euros relativos ao campo de futebol servirão para a construção de sanitários públicos condignos e um bar com o fim de se criar uma zona de lazer.-----

O Senhor Pedro Dominginhos referiu que as GOP's 2010-2013 integram as grandes opções do município para este quadriénio, admitindo que lhe causa alguma apreensão o primeiro ponto da página 2, onde se defende um orçamento para aliviar a carga fiscal e as acções concretas não concretizam esse objectivo. Afirmou faltar uma ideia mobilizadora para o concelho nos próximos quatro anos e defendeu que falta uma aposta mais vincada na dinamização de iniciativas e projectos de empreendedorismo e de desenvolvimento económico presentes nas GOP's. Mencionou ainda que a taxa de execução do FAME se encontra nos 0%. Quanto à zona industrial poderia ter sido proposto um programa de incentivo ao empreendedorismo que dinamizasse o espaço existente.-----

Existe, em sua opinião, uma incongruência entre o que é dito e o alívio da carga fiscal. Nas questões sociais existem muitas iniciativas respeitantes a projectos que vêm de

trás, existindo assim uma certa resignação, quando se deveria dar um sinal de apoio a certos projectos económicos. O Senhor Presidente da Câmara explicou que tem consciência que o ano 2010 será um ano difícil; este é o orçamento possível. Nesse sentido foram reforçadas as verbas na área social. Foi adquirido um novo autocarro para garantir a segurança das pessoas que são transportadas dado que o autocarro a substituir deixará brevemente de cumprir a legislação em matéria de segurança rodoviária.-----

Em relação á zona industrial, será nela implantada brevemente uma empresa que poderá gerar até doze novos postos de trabalho, e a melhoria dos acessos, nomeadamente do IC 13, deverá também potenciar a nossa zona industrial.-----

No âmbito do FAME houve uma candidatura aprovada. No âmbito deste projecto, a Câmara criou um fundo de 50.000,00 euros, dando um sinal de apoio à economia local. -----

Não estão previstos novos empréstimos para este ano, e sabendo de antemão que as candidaturas serão apenas participadas a 50% ou 40%, não será fácil, tendo em conta o diferencial percentual no que se refere à participação nacional.-----

O Senhor António Pista colocou uma série de questões, por escrito, para serem esclarecidas pelo Sr. Presidente da Câmara e respectivo Executivo, tendo em conta as GOP's e a Proposta de Orçamento, as quais em seguida se transcrevem: "1- QREN 2007/2013 – O que já foi feito para obter receitas e submeter projectos? Este apoio já está fechado? Se sim, quais são os projectos aprovados pelo QREN que a CM concorreu e quais já estão em execução?-----

2- O Município está em posição para contratualizar novos empréstimos → mas tem isso em vista, ou nesta fase é apenas considerada como 'caso seja estritamente necessário?-----

Funções Gerais-----

3- Que candidaturas foram submetidas pela CIMAA e qual o aproveitamento que a CM vai retirar das mesmas para a área de formação, nomeadamente no desenvolvimento de competências individuais e de grupo?-----

4- Qual a estratégia da autarquia (nomeadamente grandes prioridades e grandes objectivos imediatos e de médio prazo), dado que agora já têm a estrutura orgânica e funcional da CM adaptada?-----

5- Refere-se em qualificar e motivar os Recursos Humanos da CM? Como o pretende fazer e em que moldes?-----

Funções Sociais-----

6- Penso ser correcto estabelecer critérios para a atribuição das bolsas de estudo, pois os alunos não têm as mesmas necessidades, e neste momento a verba atribuída a todos é a mesma → era importante ser aberto um fórum de discussão à população, para serem apresentadas propostas alternativas para a atribuição das bolsas de estudo e respectivos valores!-----

7- O Pólo já recebeu três turmas de Veterinária da UE? Funcionaram com que horário e que recursos retiraram do Pólo e/ou da CM?-----

8- O Centro Social da Cunheira vai submeter uma candidatura ao PRODER? Quem é o técnico que a vai elaborar? Que recursos humanos da CM vão apoiar essa candidatura?-----

9- Quais os custos e funcionamento que a 'Oficina Domiciliária' já tiveram até agora?-----

10- Que requalificação e rectificação está prevista para a Barragem do Zambujo?-----

11- Prevê-se a requalificação/adaptação dos Sanitários e construção da Casa Mortuária no mesmo espaço → prevê-se? Não está já contratualizada? Isto está prometido e afixado nas paredes do espaço.-----

12- Em tempo útil o Partido Socialista apresentará uma proposta alternativa às actividades 'Férias Alternativas' e 'Jornadas do Património' e levará a mesma à consideração do executivo camarário, pois não consideramos necessário haver duas actividades a decorrer em simultâneo, podendo conciliar recursos e preferências dos utentes para ter um programa melhor.-----

13- Na comunidade em geral, fala-se que foi atribuído um apoio à Feira Cinegética do ano passado, esta situação é verdadeira? Se sim, porque não é referido nas grandes opções do plano o apoio ao mesmo certame caso se realize neste ano?-----

14- Qual será a entrada usada para a piscina descoberta? Será a mesma que a da piscina coberta?-----

Funções Económicas-----

15- Foi feito algum pedido de orçamento para a iluminação de Natal? Foi feito algum estudo ambiental/ecológico de forma a ser encontrada uma solução em que fossem usadas lâmpadas de poupança de energia? Porque não está prevista qualquer rubrica em relação à poupança de energia nas iluminações públicas? Como por exemplo o uso de lâmpadas fluorescentes e outros mecanismos 'amigos do ambiente'?-----

16- Qual o prazo previsto para a realização/conclusão do espaço desportivo entre a Piscina e o Posto da GNR?-----

17- O projecto para a Ciclovia teve por base algum estudo efectuado, ou algum inquérito às verdadeiras necessidades da população?-----

18- Gostaríamos de perceber em que moldes vai ser feita a mudança da Decoter para a Zona Industrial, nomeadamente custos e recursos da CM, usados na mudança.-----

19- Qual o montante e em que moldes funcionará o produto à disposição das PME's do Concelho que está previsto?-----

20- Era pertinente perceber que uso é dado ao autocarro urbano, se ainda funciona o percurso urbano que foi previsto para a compra do mesmo? Qual o motivo de contratação de um novo autocarro?-----

21- Sistema de videovigilância do Jardim do Álamo, justificado pela falta de luz no recinto. Mas está previsto noutra ponto 'A iluminação pública do Jardim do Álamo?' → não seria evitável uma situação dada a outra?-----

22- No Quartel dos Bombeiros está previsto um pavilhão multiusos? Então porque não é referido quando se fala na recuperação daquele imóvel?-----

23- No ponto que se refere a uma casa de habitação nos lavadouros de Alter Pedroso, como será feito depois o concurso, e quais os fins que a mesma terá?-----

Pelo Partido Socialista”,-----

O Senhor Presidente da Câmara começou por responder a algumas das questões colocadas: quanto à qualificação e motivação dos recursos humanos foram criadas novas instalações para o bom funcionamento dos serviços. Em relação às bolsas de estudo o regulamento está a ser cumprido, no entanto, este é um instrumento que irá ser melhorado. Quanto ao Centro Social de Cunheira foram dois os técnicos da Câmara Municipal que ajudaram na elaboração da sua candidatura ao PRODER. No que respeita à Casa Mortuária, o projecto teve de ser reavaliado pois houve um parecer negativo do IGESPAR. A extensão do Centro de Saúde de Cunheira encontra-se num edifício privado, e neste sentido, terá a Junta de Freguesia de encontrar alternativas, estando para este fim prevista uma verba. O Senhor Presidente da Câmara informou que, e dado o número de questões levantadas, responderá às restantes perguntas na próxima sessão da Assembleia Municipal. Após a votação **foram aprovados por maioria as propostas de orçamento e GOP(s) para 2010 com cinco abstenções dos Senhores António Pista, Pedro Dominginhos, Célia Barradas, Luís Cary e Ana Azinheira.** -----

===Às 23h45m o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os trabalhos se prolongassem para além da 00:00 horas, hora limite para o fim dos trabalhos, conforme previsto no Regimento da Assembleia Municipal, dado que a ordem de trabalhos ainda não se encontrava terminada. A presente proposta foi **aprovada por unanimidade**.-----

PONTO QUATRO: Apreciação e Eventual Aprovação do Mapa de Pessoal para 2010

===Foi presente, para apreciação e eventual aprovação, o Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e dez.-----

O Senhor Romão Trindade questionou a existência no mapa de pessoal de figuras como o Engenheiro Agrónomo ou um Assistente Técnico para o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local e Recursos Hídricos Florestais. -----

O Senhor Presidente da Câmara relativamente a esta questão respondeu que as autarquias cada vez mais têm de responder, em tempo útil, às diversas solicitações que lhes são colocadas por diversas entidades da administração central e que por isso torna-se cada vez mais premente encontrarem-se apetrechadas com recursos humanos especializados, nomeadamente técnicos superiores, para darem cumprimento a essas solicitações. Por outro lado, os postos de trabalho agora criados na verdade encontram-se ocupados por pessoas com essa formação, pelo que nada mais se está a fazer senão transpor para o mapa de pessoal essas necessidades que têm carácter permanente e não temporário. -----

O Senhor Pedro Dominginhos questionou o facto de se ter aberto há cinco meses um concurso de sapedores florestais que foi anulado.-----

O Senhor Presidente da Câmara confirmou a sua anulação uma vez que os opositores ao referido concurso não detinham as habilitações legalmente exigidas.-----

O Senhor José António Ferreira, por sua vez, questionou a respeito da unidade de origem do C.O.M. O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o funcionário tem como proveniência o Sector do Desporto. Após a votação foi o mesmo **aprovado por maioria com os votos contra dos senhores António Pista, Pedro Dominginhos, Célia Barradas, Luís Cary e Ana Azinheira e a abstenção dos senhores José Ferreira e Romão Trindade**.-----

PONTO CINCO: Apreciação e Eventual Aprovação da Alteração ao Regulamento para Venda e Construção de Lotes na Zona Industrial da Tapada do Lago

===Foi presente, para apreciação e eventual aprovação, a Alteração ao Regulamento para Venda e Construção de Lotes na Zona Industrial da Tapada do Lago, a qual após votação foi **aprovado por maioria com dois votos contra dos senhores Luís Cary e Ana Azinheira.**-----

PONTO SEIS: Apreciação e Eventual Aprovação da Proposta sobre a participação do IRS para 2010

===Foi presente, para apreciação e eventual aprovação, a Proposta sobre a participação do IRS para o ano dois mil e dez. O Senhor Luís Cary perguntou se será suposto, num período de dificuldade económica e social, ser o contribuinte a pagar a taxa máxima. O Senhor Presidente da Câmara argumentou com o facto de esta ser uma importante fonte de receita. O Senhor Pedro Dominginhos referiu que esta proposta está em contradição com o Orçamento e Grandes Opções do Plano apresentadas, que defendem o alívio da carga fiscal. Após a votação foi a presente proposta **aprovada por maioria com a abstenção do senhor Romão Trindade e os votos contra dos senhores António Pista, Pedro Dominginhos, Célia Barradas, Luís Cary e Ana Azinheira.**-----

PONTO SETE: Apreciação e Eventual Aprovação da Proposta sobre a Derrama/2009

===Foi presente, para apreciação e eventual aprovação, a Proposta sobre a Derrama para o ano de dois mil e nove, a qual após a votação foi **aprovada por maioria com os votos contra dos senhores António Pista, Pedro Dominginhos, Célia Barradas, Luís Cary e Ana Azinheira** -----

PONTO OITO: Nomeação de um Elemento da Assembleia Municipal para integrar o Júri para a Atribuição das Bolsas de Estudo no Concelho de Alter do Chão

===Relativamente ao assunto em apreço, a senhora Maria José Sardinha propôs-se como representante da Assembleia Municipal no júri em causa. Após votação por escrutínio secreto, **foi nomeada a senhora Maria José Sardinha com treze votos a favor e quatro votos em branco.**-----

**PONTO NOVE: Nomeação do Presidente de Junta de Freguesia do Concelho de
Alter do Chão, para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta**

===Relativamente ao assunto em apreço o Senhor Vitorino Carvalho foi proposto para integrar esta Comissão dado que a Freguesia a que preside é a que possui a maior área florestal do município. Após votação por escrutínio secreto, **foi nomeado por unanimidade o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cunheira.**-----

===E não havendo mais nada a tratar, após a Assembleia ter aprovado, por unanimidade, a Acta da Sessão em Minuta, foram encerrados os trabalhos, da qual para constar se passa a presente Acta, que depois de aprovada vai ser assinada pela Mesa. -----

